

## PESQUISA SOLIDÁRIA E COLABORATIVA EM EDUCAÇÃO

Natanael Reis Bomfim\*, Walter Von Czékus Garrido\*\*

### RESUMO

Este artigo é reflexo das discussões desenvolvidas, ao longo de quinze anos, no Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sustentabilidade (GIPRES), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em torno da teoria e método das representações sociais no campo da educação. Nesse contexto, convidamos o leitor a refletir sobre a identificação de fenômenos sociais da contemporaneidade como objeto da experiência sensível do sujeito, transcendendo do real/objetivo, a fim de construir, de forma solidária e colaborativa, o objeto de estudo em educação. Em síntese, entendemos que os campos teórico-metodológicos trilham o caminho da participação à construção da representação do objeto social, cuja reificação do objeto de estudo e aplicabilidade dos resultados se costuram pelos sentimentos, pensamentos e ações dos sujeitos participantes.

**Palavras-chave:** Pesquisa. Educação. Representação.

### SOLIDARY AND COLLABORATIVE RESEARCH IN EDUCATION

### ABSTRACT

*This article is a reflection of the discussions developed during fifteen years in the Interdisciplinary Group of Research in Representations, Education and Sustainability (GIPRES), of the State University of Bahia (UNEB), around the theory and method of social representations in the field education. In this context, we invite the reader to reflect on the identification of contemporary social phenomena as an object of the sensitive experience of the subject and that transcends the real/objective, in order to construct in solidarity and collaborative the object of study in education. In summary, we understand that the theoretical and methodological fields walk the*

\* Doutor em Educação pela Universidade do Quebec em Montreal (UQAM). ORCID: 0000-0002-5122-9820. Correio eletrônico: nabom\_reis@hotmail.com

\*\* Doutorando em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (PPGEDUC/UNEB). ORCID: 0000-0003-0307-6708. Correio eletrônico: wgarrido.uneb@gmail.com

*path of participation to the construction of the representation of the social object, whose reification of the object of study and applicability of results are stitched together by the feelings, thoughts and actions of the participants.*

**Keywords:** *Research. Education. Representation.*

## INVESTIGACIÓN SOLIDARIA Y COLABORATIVA EN EDUCACIÓN

### RESUMEN

*Este artículo es el reflejo de las discusiones desarrolladas a lo largo de quince años en el Grupo Interdisciplinario de Investigación en Representaciones, Educación y Sostenibilidad - GIPRES, de la Universidad del Estado de Bahia (UNEB), en torno a la teoría y el método de las representaciones sociales en el campo de la educación. En este contexto, invitamos al lector, a reflexionar sobre la identificación de los fenómenos sociales de la contemporaneidad con objeto de la experiencia sensible del sujeto y que trasciende del real/objetivo, con el fin de construir de forma solidaria y colaborativa el objeto de estudio de la educación. En síntesis, entendemos que los campos teórico-metodológicos facilitan el camino de la participación en la construcción de la representación del objeto social, cuya reificación del objeto de estudio y aplicabilidad de los resultados se entrelazan a través de los sentimientos, pensamientos y acciones de los sujetos participantes.*

**Palabras clave:** *Investigación. Educación. Representación.*

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse texto se origina das discussões, desenvolvidas no Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sustentabilidade (GIPRES), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que apoiam os estudos dos professores e estudantes pesquisadores na perspectiva das representações sociais. Os debates e as produções acadêmicas dos últimos quinze anos, quando participamos como docentes e pesquisadores nos programas de pós-graduação em educação, têm demonstrado que a construção do conhecimento envolve, particularmente, a colaboração ativa do sujeito na sua constituição social, histórica, educativa, psicológica, enfim humana.

Logo, segundo Gatti (2002), a amplitude dos fenômenos no processo educacional, dentro de um sistema de relações, envolve problemas de diversas ordens e perspectivas: filosóficas, biológicas, psicológicas, sociológicas, históricas, geográficas, políticas, administrativas, ideológicas, entre outros.

Entretanto, enquanto os debates científicos contemporâneos criticam as dicotomias, no processo de construção do conhecimento nas pesquisas educacionais, muitas ainda se mantêm numa abordagem positivista, dicotômica e fragmen-

tada. Para reforçar essa afirmativa, no livro de Muniz Sodré (2002), *Antropológica do espelho*, ele fundamenta várias críticas a essa abordagem, apontando a hermenêutica como saída, ou seja, ele substitui a ideia de uma pretensa estabilidade para outras formas interpretativas.

Tecendo ainda considerações sobre o panorama educacional atual, relacionando-o com algumas implicações e desafios característicos – globalização, informação e mobilidade dos sujeitos no espaço social –, entendemos que a educação voltada para a formação do sujeito individual se encontra defasada com relação a essa nova realidade marcada pela coabitação das diferenças.

Neste cenário, os desafios impostos pelos fenômenos sociais nas pesquisas educacionais envolvendo alteridade, atores e desigualdades sociais, diversidade de espaços educativos, políticas públicas, instituições, territorialidades, entre outros, fazem parte das preocupações da sociedade brasileira e têm demandado um debate acadêmico caloroso.

Trazer a baila uma reflexão sobre a participação dos sujeitos no processo de construção e representação do objeto social pela objetivação e ancoragem que envolve sua subjetividade significa abordar o fenômeno educacional num contexto da realidade socioespacial sob diversos primas como objeto da experiência sensível do sujeito que transcende do real/objetivo (razão) para o subjetivo (significado) (KANT, 1964; MERLEAU-PONTY, 1964). Nesse movimento, ele é, também, o fato social (DURKHEIM, 1982) observável, perceptível e consensualizado por grupos sociais. Nesse entendimento, todo fenômeno educacional é um fenômeno psicossocial ao tornar-se um objeto social revestido de opiniões (eu penso), de saberes (eu sei) e de crenças (eu acredito) (SÁ, 1998).

Assim, no aspecto metodológico, o presente texto ainda é resultante de um estudo interpretativo do tipo exploratório, de caráter qualitativo, ancorado nos pressupostos da pesquisa bibliográfica que, segundo Lima e Mioto (2007), possui o potencial de aprofundar os sentidos em torno das representações como mediadora das relações no processo de construção do conhecimento na educação, podendo possibilitar o avanço nas pesquisas em representações e educação.

Diante do exposto, este artigo busca refletir sobre os diversos fenômenos educacionais da contemporaneidade, e, por meio dele, solicitamos aos leitores uma reflexão sobre as pesquisas em representações aplicadas à educação na contemporaneidade, sob a égide da interdisciplinaridade. Ainda tem a finalidade de reconhecer, pelo viés da pesquisa solidária e colaborativa, o processo histórico de produção de sentidos, em que os sujeitos atribuem significados ao objeto. Logo, a racionalidade científica é uma das possibilidades de compreensão do objeto e jamais a única possibilidade de construção do conhecimento (LIMA JÚNIOR, 2012).

Para tal, iniciamos uma discussão sobre pensar a pesquisa de forma invertida, não pelo ponto de vista das epistemologias hegemônicas instauradas na academia, mas pelos saberes construídos pelos sujeitos autônomos nos seus espaços vividos, em que as pertinências e pertencas do objeto de estudo são constituídas e construídas a partir da origem e necessidade deles, mas transversalizadas por uma heurística construída pelos pesquisadores. Em seguida, ampliamos o debate sobre a saída da rigidez do método para o rigor metodológico como uma possibilidade de se fazer ciência levando em consideração a produção da vida espiritual dos indivíduos amantes de um saber ser e de um saber fazer.

Em outra seção, salientamos a modalidade de pesquisa qualitativa apontando a necessidade do pesquisador em buscar as compreensões dos sujeitos sobre suas realidades e como elas se apresentam, por meio de seus sentimentos, pensamentos e práticas vividas no grupo e no espaço social. Apresentamos a teoria e o método das representações sociais nas pesquisas em educação como uma das maneiras de valorizar o sentido que os sujeitos atribuem ao objeto social a partir do fenômeno psicossocial.

Nas considerações, retomamos o pensamento sobre a pesquisa solidária e colaborativa como forma de entender os fenômenos educacionais da contemporaneidade e os desafios que eles impõem para as pesquisas em representações sociais (RS) e educação.

## **2 ELABORAÇÃO DA PESQUISA: PROCESSOS HUMANOS NA TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE**

Quando pensamos em pesquisar, investigar algo do ponto de vista acadêmico, vêm-nos, quase imediatamente, as questões do método. O universo pesquisado, ou comumente dito “recorte do objeto”, apresenta-se como fração da expressão de uma realidade. Pressupõe organização meticulosa dos contornos do objeto, elaboração dos procedimentos – modalidade, método e aplicação dos instrumentos de pesquisa – e o rigor epistemológico. Estas são dimensões de pesquisa que apontam para formalizações técnicas comuns na constituição de qualquer pesquisa acadêmica.

Não queremos aqui questionar os cânones da pesquisa, assim como não pretendemos discutir o labor próprio e relevante da pesquisa como atividade orientada para/pela busca do conhecimento. Trazemos um ponto de vista, uma perspectiva sobre o processo de elaboração da pesquisa no que tange aos processos humanos e à capacidade de inovação na transformação da realidade. Nosso ponto de partida consiste na pertinência e pertença do objeto a partir da sua origem, em que a ideia do método precisa estar a serviço do sujeito e de suas necessidades.

Parece óbvio dizer que quem define o método é o recorte do objeto, porém nem sempre este se configura como uma realidade validada no processo que o constitui. As dinâmicas dos processos humanos na sociedade são formadas por correlações de interesses múltiplos e diversos (conscientes ou não), transversalizando tramas perpassadas pelos fenômenos da realidade vivida, percebida e concebida sobre a vida cotidiana (MARQUES; BARRETO, 2012).

A necessidade de transformação de uma determinada realidade, invariavelmente, esbarra nas (cor)relações de forças exercidas sobre as variáveis do objeto, sendo este imputado pela dinâmica do instituído que deseja sobreviver ao instituinte; são dialéticas que se legitimam na busca por sentido. As relações de força sobre a realidade atrelam a pertinência do vivido, concebido e percebido, estabelecendo e configurando a ideia do pertencimento.

Da pertinência, as adequações do sujeito à sua cotidianidade são vínculos e laços criados nas tramas das relações, dos jogos de interesse, dos conflitos permanentes e provisórios, tanto na materialidade das objetivações experienciadas quanto nas subjetivações idealizadas. A objetivação entendida como um construto, processo de construção do objeto socialmente representado pelos indiví-

duos num dado grupo social, que, pelo viés contrário, coaduna-se à ancoragem como processo de representação desse objeto em construção/construído pelas subjetivações idealizadas numa certa realidade socioespacial (BOMFIM, 2017).

É nessa trama que o pertencimento vincula o sujeito ao lugar; pelas localizações percorridas no exercício da territorialidade é que se constituem as temporalidades próprias do sujeito, ao mesmo tempo que essas se encontram organizadas na temporalidade da realidade cotidiana das suas práticas no espaço social.

Nesse sentido, a pertinência e o pertencimento, potencialmente agenciados/imbricados, são elementos que compõem a pluralidade de um determinado fenômeno que, invariavelmente, reflete-se nos objetos de pesquisa, quer vinculados, quer não vinculados a uma dimensão que considere o sujeito como parte integrante de uma realidade a ser pesquisada. Mesmo em pesquisas em que se estuda a Física Pura, por exemplo, há sempre um sujeito que observa, e a simples observação é uma interferência.

Logo, a pertinência e o pertencimento do sujeito sobre a realidade estabelecem pressupostos fundamentais para se definir o recorte de qualquer objeto de pesquisa. O método precisa estar flexibilizado e dimensionado nas variâncias das necessidades humanas estabelecidas em suas práticas cotidianas, assim como também deve considerar as subjetividades próprias do humano que escapam pelas brechas e fissuras das diversas formas de controle do próprio método. Por isso, na contemporaneidade, o uso do método em relação ao objeto de estudo está intrinsecamente vinculado aos fenômenos psicossociais, cujos significados e sentidos são, antes de tudo, formas de construção e representação do objeto social, dispositivos de reificação do objeto dos estudos epistemológicos, para além das ciências tradicionais. Para tal, em detrimento da rigidez dos métodos de pesquisas positivistas, falaremos do rigor metodológico que incide no respeito à pertinência e ao pertencimento do sujeito às realidades socioespaciais (BOMFIM, 2017). Discutiremos, com maior profundidade, tal temática na seção seguinte.

### 3 SAINDO DA RIGIDEZ DO MÉTODO PARA O RIGOR METODOLÓGICO

Iniciamos esta seção com uma provocação sobre as pesquisas positivistas ditas científicas que atravessam a rigidez pela mensuração e controle. Não com o intuito de descaracterizá-las, mas sim procurando confrontá-las com uma possibilidade de se fazer ciência da consciência e da inconsciência, “[...] uma ciência que se confunde com a produção da vida espiritual dos indivíduos amantes de um saber ser e de um saber fazer que não deixe de lado um saber não ser e um saber não fazer.” (MACEDO; GALEFFI; PIMENTEL, 2009, p. 25). Por este caminho, seguem as pesquisas do nosso grupo, cujo rigor metodológico é imprescindível. Significa conceber um rigor outro para a pesquisa qualitativa qualificada, que, segundo Macedo, Galeffi e Pimentel (2009, p. 31),

[...] é a formação rigorosa de uma mentalidade epistemológica que privilegia a configuração de sentidos alcançáveis pela experiência direta e pela elaboração conceitual apropriadora e geradora de intuições criadoras e de meios promotores de transformações radicais de nossas relações.

Paul Feyerabend (1977), em seu livro *Contra o Método: esboço de uma teoria anarquista do conhecimento*, aponta que o método em si traz aspectos que se opõem ao processo de criação (inovação), contrapondo-se ao próprio desenvolvimento da ciência.

Meu objetivo não é o de substituir um conjunto de regras por outro conjunto do mesmo tipo: meu objetivo é, antes, o de convencer o leitor de que todas as metodologias, inclusive as mais óbvias, têm limitações. (FEYERABEND, 1977, p. 43).

Para o autor, a realidade é incomensurável, tem suas razões e lógicas, mas também está para além delas. Duas situações, por mais semelhantes que possam ser, não podem usar os mesmos procedimentos metodológicos, pois uma realidade pesquisada teria de anular a outra para garantir sua validade científica.

A ideia de uma verdade científica sobre um determinado fenômeno psicossocial não passa de pretensão. O que temos é sempre uma “amostra”, uma versão reduzida da realidade que se apresenta por motivações e verdades (no plural mesmo!), identificáveis pelos aspectos objetivos e pragmáticos, simultaneamente a outras que se encontram ocultas nas sutilezas subjetivas. O processo de produção de sentido dos sujeitos sobre a realidade faz surgir os fenômenos atrelados aos “lugares” concretos e abstratos, desenvolvidos nos espaços de relação entre pessoas, objetos e ações. Esse espaço é considerado como

[...] o cenário, onde se realizam os processos humanos, formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação, que se apresentam/representam simultaneamente, de modo solidário e contraditório, num processo dinâmico de interação e transformação permanente. (SANTOS, 2012, p. 61 e 64).

Os contextos, histórico, social, político e econômico, estão profundamente atrelados pelas relações do momento presente num aqui-agora que é único. Há sempre uma circunstancialidade, delimitada pelo espaço/tempo da prática cotidiana (dinâmica contexto/relações), que possibilita ultrapassar qualquer forma de controle, condicionando o método - ou métodos - aos preceitos do próprio fenômeno que o constitui.

Os métodos tradicionais de pesquisa científica, de certo modo, desconsideram aspectos subjetivos do objeto de pesquisa, conseqüentemente negligenciam a origem dos aspectos objetivos e pragmáticos quanto às motivações e sentidos dos sujeitos na criação/produção de uma determinada realidade. O problema pode surgir já na descrição do fenômeno.

É comum ocorrerem “perdas” no processo de reificação (quando transformamos algo em coisa) - caracterização comum nos processos miméticos, identificados no processamento das experiências nas práticas cotidianas, em entrevistas e, por meio destas, na construção de versões do mundo que sejam textualizadas e textualizáveis, ou seja, acessíveis às ciências sociais, assim como na produção de textos para fins de pesquisa. Nesses processos são “[...] produzidas **versões do mundo** que podem ser compreendidas e interpretadas na pesquisa social.” (FLICK, 2009, p. 89, grifo nosso).

Porém, no momento da racionalização/descrição do fenômeno a ser pesquisado, pode acontecer a descaracterização do sentido/essência da própria pesquisa. Por vezes, esta negligência desprezível aponta para a destituição do humano da sua própria realidade.

Em sua obra *A condição humana*, Arendt (2010) propõe refletir sobre o fazer no mundo, questionando-nos sobre a consciência deste “fazer” ao longo do tempo a partir da observação dos avanços nos níveis técnico e tecnológicos alcançados pela sociedade na contemporaneidade. De forma contundente, a autora sinaliza criticamente sobre a fragmentação do criador (sujeito) ao ato da criação (objeto), ressaltando a importância da humanização da ciência.

[...] a ação dos cientistas, uma vez que eles agem na natureza do ponto de vista do universo e não na teia de relações humanas, carece do caráter revelador da ação e da capacidade de produzir histórias e tornar-se histórica, caráter e capacidade que constituem juntos a fonte da qual brota a significância que ilumina a existência humana. (ARENDR, 2010, p. 405-407).

Pela fenomenologia, a autora analisa as práticas dos processos humanos em sua produção como ato político, conduzindo-nos por uma perspectiva histórica a partir dos elementos fundamentais que compõem *A condição humana*: “trabalho, obra e ação”. Estes três elementos recebem a designação de *victa activa*.

O **trabalho** é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo trabalho. A condição humana do trabalho é a própria vida. [...] A **obra** proporciona um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras é abrigada cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas elas. A condição humana é mundanidade. [...] A **ação**, única atividade que ocorre diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, **corresponde à condição humana da pluralidade**, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. (ARENDR, 2010, p. 8, grifo nosso).

É interessante ressaltar, que no ponto de vista da autora, o homem é apolítico em sua natureza, “[...] aquilo que o faz ser o que é, sua estrutura particular.” (ARENDR, 2010, p. 15). Assim, o “trabalho” e a “obra” em si tornam o homem enclausurado sobre “a solidão e o desamparo”, há um isolamento entre o labor e o produto preso à atividade utilitária da obra, perde-se a significação da condição do humano. Na “ação” é onde ocorre o processo político, o espaço de “relação entre os homens” é o espaço de pluralidade, significações e sentidos. Nessa distinção entre natureza humana e condição humana, a “ação” é a possibilidade de interseção entre o “trabalho” e a “obra”, uma aliança para a condição humana.

A autora ratifica a “ação” como potencialidade da consciência sobre o “fazer”, instituindo sujeitos como criadores/autores, ultrapassando a ideia de um homem natural/social, um repetidor de tarefas, para um homem que cria, ou melhor di-

zendo, o que recria o mundo que lhe foi dado a partir da sua relação com outros homens - o homem político. Porém, sinaliza-nos o risco da destituição do político com a perda da pluralidade.

Em nossa perspectiva, a perda se caracteriza por mosaicos massificados, introjetados por ideias apressadas e destituídas de significações, como imposição sem a legitimidade consciente dos sujeitos sobre as práticas cotidianas. A busca por sentido à vida está, de um modo profundo, ligada aos laços que une um sujeito ao outro em função da necessidade de se viver em comunidade, o que nos remete aos princípios de pertinência e pertencimento. A pluralidade arendtiana reforça a condição humana no propósito da “ação” como fundamento político para constituição das sociedades ou das humanidades nas sociedades.

Estas discussões trazidas até aqui nos abrem possibilidades para pensar em métodos de pesquisa que possam contemplar, na “ação” da investigação do objeto, o rigor metodológico das significações e sentidos próprios que caracterizam a condição humana das realidades vividas pelos sujeitos em suas práticas cotidianas.

#### 4 PESQUISA COLABORATIVA E SOLIDÁRIA EM EDUCAÇÃO

Dentre as diversas modalidades de pesquisa, certamente a pesquisa qualitativa aponta caminhos que não são, necessariamente, numeráveis ou medidos por meio de instrumentos estatísticos para análise de dados. As linhas de interesse perpassam amplas mostrações dos fenômenos observáveis, com o propósito de obter dados descritivos a partir do contato direto com o público-alvo pela interação do pesquisador com as situações que pretende investigar.

Na pesquisa qualitativa, é constitutivo ao pesquisador compreender as traduções e os entendimentos dos participantes sobre as práticas vividas, da forma como estas se apresentam, para, então, analisar os fenômenos percebidos no grupo social ao qual os sujeitos da pesquisa pertencem - são prenúncios da consciência do “fazer” arendtiano.

A pesquisa qualitativa não está, necessariamente, em oposição à pesquisa quantitativa, pois, em várias análises do fenômeno social, é viável quantificar seus resultados, ainda que representados pelo recorte “estatístico” de uma amostragem. Contudo, é na dinâmica dos processos humanos estabelecidos no contexto das interações sociais, que se torna possível compreender o modo de vida constituído por um determinado grupo social, podendo estes serem identificados pela experiência dos participantes a partir da ordenação dos saberes e produção de conhecimentos.

As contribuições da pesquisa qualitativa ocorrem pela equalização dos procedimentos racionais descritivos, perpassando as fundamentações teóricas pelo desejo intuitivo do pesquisador e a interação deste com os sujeitos da pesquisa, formando as composições condicionantes para análise dos fenômenos das práticas sociais vivenciadas e apreendidas. Indo além, a própria interação entre sujeitos condiciona e orienta a própria pesquisa.

Dentre as diversas metodologias de pesquisa, destacamos a Pesquisa Participante como viés de percursos metodológicos pautados nas tessituras das singularidades nos modos de produzir sentidos sobre as práticas cotidianas do



espaço concebido, vivido e percebido (LEFEBVRE, 2006), proporcionando pluralidades que caracterizam a ação da pesquisa como ato político de transformação do contexto/relação entre sujeitos.

Em analogia ao ato político proposto por Arendt (2010), a gênese da pesquisa participante consiste em dois aspectos que reforçam a ideia de pertinência e pertencimento dos sujeitos à realidade experienciada nos espaços cotidianos. A colaboração e a solidariedade formam os sentidos e significações dos processos humanos na realização/ocupação no lugar vivido, percebido e concebido (re) criando territorialidades.

A colaboração na pesquisa participante se constitui numa “partilha do saber”, que se inicia pelo convite para uma mudança de postura sobre a forma de realizar uma pesquisa (BRANDÃO; STRECK, 2006). Esse convite pressupõe uma topológica de se colocar “entre” aqueles que são “pesquisados”, um “nós” que se institui nos agenciamentos do sentir/pensar/agir, estabelecendo assim compreensões, ainda que parciais, sobre os desejos e motivações dos sujeitos, no sentido de reconhecer as necessidades de transformação da realidade social em que vivem, instituindo o processo colaborativo no/do imbricamento pesquisador/pesquisados.

A solidariedade tem como enfoque o processo de alteridade nas relações entre sujeitos através do reconhecimento da autonomia na produção de saberes e conhecimentos. Os processos humanos de significações se instituem em ato político, permitindo certa consciência do sentir/pensar/agir. São as ações interventivas em atos que possibilitam a valorização das opiniões e realizações como descobertas do modo próprio de funcionamento de certa realidade.

O interesse maior nos processos do que no produto permite compreender melhor o significado das situações vivenciadas a partir das perspectivas dos participantes. Na pesquisa participante, o pesquisador e seu objeto estão profundamente agenciados/imbricados como sujeitos/participantes.

A pesquisa participante deve ser compreendida como um repertório múltiplo e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos destinados a superar a oposição sujeito/objeto no interior de processos que geram saberes e na sequência de ações que aspiram gerar transformações a partir também desses conhecimentos. (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 12).

A aliança dos conhecimentos acadêmicos com os saberes das práticas cotidianas pode estabelecer relações espirais colaborativas e solidárias na interação pesquisador/objeto de pesquisa. Isso nos permite desenvolver processos compartilhados de conhecimentos e saberes, proporcionando reflexões políticas sobre aquilo que lhes é imposto nos espaços sociais (um concebido), assim como também pode proporcionar, nestas mesmas relações, o empoderamento de práticas políticas, possibilitando ressignificações sobre a realidade social vivenciada pelos sujeitos.

Para Gabarrón e Landa (2006, p. 103-104), a pesquisa participante focaliza três temas essenciais em relação à identidade epistêmica: ação transformadora, produção de conhecimentos e participação.

Como ação transformadora, a pesquisa participante constitui percurso dos sujeitos/participantes nos enfrentamentos das sobreposições, ambivalências e semelhanças, como algo próprio entre o espaço concebido, vivido, percebido e a transfor-

mação da realidade. Como produção de conhecimento, ela representa as formas de socialização possíveis, originárias das confrontações e/ou motivações perpassadas pelo entendimento e consciência do sentir/pensar/agir constituindo proposições e soluções parciais das práticas cotidianas. Como participação, por fim, ela corresponde ao nível de engajamento no processo de concepção/elaboração entre a ação transformadora e a produção do conhecimento (GABARRÓN; LANDA, 2006).

Compreendemos que “os três temas essências” na constituição da identidade epistêmica (singularidades) se revelam como possibilidade de formação política dos sujeitos/participantes de modo contínuo e permanente (pluralidades). Isso vai depender de um processo colaborativo e solidário que envolve, na maioria das vezes, o envolvimento amplo e maciço de equipes multidisciplinares de trabalho. Esse envolvimento característico da pesquisa participante na elaboração inventiva para solução de problemas abre espaços para criação e autoria por parte dos sujeitos que se desdobram/transbordam para além do recorte do próprio objeto.

Sem perder de vista o rigor que perpassa uma pesquisa acadêmica, não podemos nos distanciar do horizonte político, como nos propõe Arendt (2010), da constituição social do processo civilizatório, em que buscar a dimensão do humano significa resgatar o sentido da nossa espécie. A ética - vista aqui como contraponto à indiferença - é o princípio fundamental dos processos humanos colaborativos e solidários, instituído na ação política por intermédio do exercício de valores fundamentais, como justiça, diálogo, dignidade e respeito mútuo. Em nosso entendimento, toda pesquisa, seja qualitativa, seja quantitativa, independentemente do teor e recorte do seu objeto, pressupõe o propósito humano na colaboração e solidariedade com o outro.

Nas interações entre sujeitos na pesquisa participante, o ato político se apresenta em diversas situações como ação criadora, às vezes muito em função da necessidade de “sobrevivência” de um sujeito em detrimento do outro, quando, em realidade, as singularidades individuais poderiam arrefecer com o objetivo de abrir espaço para o sentido de coletividade. Não seria possível viver em comunidade sem que as necessidades individuais estivessem equalizadas com os propósitos de coletividade. No exercício de alteridade, os conflitos, os interesses pessoais encontram, na inventividade, as possibilidades dialéticas/dialógicas como meios possíveis de se viver em sociedade. Entretanto, ainda são poucas as pesquisas em representações no campo educativo, particularmente as sociais (GILLY *apud* ALDA-MAZOTTI, 2008). Os estudos mencionados por Alves-Mazotti (2008), que não são objeto de discussão neste trabalho, demonstram que cada grupo, cada segmento sociocultural tem seu sistema de representações sobre os diferentes aspectos de sua vida. Afirmamos, então, que valorizar o sentido que os sujeitos atribuem ao objeto social como fenômeno do processo educacional no seu espaço de vida é uma condição essencial para que eles aprendam e compreendam a essência da complexidade e utilidade do pensamento e ação.

## 5 REPRESENTAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO: TEORIA E MÉTODOS ORIENTANDO PRÁTICAS

Há mais de meio século a Teoria das Representações Sociais (TRS) vem sendo difundida, discutida, criticada, revista e reformulada (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE,

2011). Sistematizada pelo psicólogo social francês Serge Moscovici, a TRS foi apresentada ao mundo por meio de sua obra *A psicanálise e seu público* (1961). Nela, o autor buscava compreender o processo de difusão da psicanálise na sociedade parisiense, especialmente sua apropriação por essa comunidade e os modos pelos quais orientava as formas de pensar, sentir e agir desses cidadãos.

Assim, Moscovici (1961) definia as representações sociais (RS) como um conjunto organizado de conhecimentos práticos do cotidiano, construídos coletivamente a partir de problemas e desafios do dia a dia, impostos por fenômenos compreendidos como estranhos e não familiares que desafiam os sujeitos a alterar um posicionamento e suas formas de pensar, sentir e agir. Nesse sentido, as RS ocupam um lugar importante e buscam explicar a relação entre as produções mentais e as dimensões materiais e funcionais da vida dos grupos. Elas se constituem como uma forma específica de conhecimento qualificado de “espontâneo”, de “pensamento natural” ou do “senso comum”, localmente compartilhado e legitimado por um grupo social ou, ainda, por uma cultura que permite a construção e a circulação de um saber comum ao conjunto social (GUIMELLI, 1999; JODELET, 1984; RATEAU, 1999).

Teoricamente, durante os processos humanos, os diversos modos de ver o mundo estão associados às múltiplas percepções que modelam e aproximam os grupos sociais pela elaboração de conhecimentos, valores, crenças, identidades, atitudes, preconceitos e estereótipos compartilhados em padrões, ideologias e experiências pelos mesmos grupos sociais, cujos fenômenos psicossociais são desenvolvidos processualmente pela objetivação e ancoragem; respectivamente, concernem à organização dos elementos constituintes da representação e ao percurso pelo qual estes elementos adquirem materialidade, explicando assim como o sujeito reconstitui a realidade.

Nessa perspectiva, inserem-se as funções e a aplicabilidade na vida social, buscando entender como as representações servem aos estudos no campo da educação na contemporaneidade. De forma breve, afirmamos que ela foi utilizada: a) para instrumentar o saber, conferindo-lhe um valor funcional para a interpretação e a gestão do espaço social; b) para explicar como pensam, sentem e agem os sujeitos nos diversos espaços e, a partir do conteúdo, mediar práticas sociais, ambientais e educativas; c) para justificar o tipo de relação que será desenvolvida nos grupos sociais; d) para descrever e prescrever o tipo de relação ou comportamento que será desenvolvido.

Quanto aos métodos, os estudos em RS apresentam caráter: a) descritivo de uma representação social sobre determinado objeto, utilizando técnicas quantitativas e/ou qualitativas; b) analítico, buscando uma confirmação quantitativa de elementos de uma representação social (ancoragem, objetivação, pertença social) ou da existência de diferenças entre duas representações (comparações ou experimentações) - as técnicas utilizadas são sempre quantitativas; c) comparativo, procurando identificar a existência de mais de uma representação num mesmo grupo social, em grupos diferentes ou em períodos históricos distintos; deve-se descrever e comparar o perfil de duas ou mais representações, para certificar-se da existência de diferenças, podendo ser utilizados, também, para a comparação de dois grupos socialmente distintos para os quais se presume a existência de diferenças nas representações sociais - utilizam-se técnicas quantitativas e/ou qualitativas.

Após essa breve explanação sobre a teoria e método das RS diante da complexidade dos processos humanos, fica evidente que a contemporaneidade nos convida a pesquisar tendo como referência as diversas realidades a partir da abordagem interdisciplinar. Isto nos impõe uma análise de simultaneidade, tensões, confrontos, contradições e mudanças que nos permite, pela multirreferencialidade, um caminhar metodológico variado para uma aproximação compreensível dos diversos fenômenos que são alvo das pesquisas em representações sociais e educação.

Ora, se compreender os diversos fenômenos educacionais no âmbito socioespacial é reconhecer a subjetividade inerente ao sujeito, então avançar nas pesquisas em representações e educação implica, particularmente, a busca pela separação da relação semântica de oposição de significado entre “sujeito-objeto”, “sujeito-mundo”, “sujeito-sociedade”, “significante-significado”, “concepções-ações”, “concepções-construções” (RANGEL, 1998, p. 75). Entretanto, mesmo com suas especificidades semânticas, nenhum desses elementos se encontra totalmente em oposição, é o contexto que define como estes serão agenciados pelas relações de aproximação e distanciamento dos fenômenos sociais.

Os agenciamentos são rizomas, como algo que começa, mas não é concluído; ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...” Há, nesta conjunção, força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 37).

Provocamos uma reflexão sobre um sentido flexível de aliança entre estes elementos em que um não se reconhece mais em detrimento do outro, são pluralizados pela simultaneidade das coisas pelos consensos e contrassensos dos fenômenos observáveis (ou não!!!), constituídos pela realidade social. Nos agenciamentos encontramos rupturas, rugosidades, junções, etc., atuando de forma a criar novos sentidos às práticas cotidianas, sempre condicionadas às relações possíveis dos contextos de atuação dos sujeitos em seus grupos sociais. Deste modo, é possível perceber que, apesar dos semantismos linguísticos com suas especificidades próprias, a prática cotidiana social os apresenta como anfíbios; um ambíguo ao compartilhar com seu oposto uma qualidade comum – a exemplo do “claro” e do “escuro”, que se encontram em oposição para se constituírem como tessituras ao ciclo do “dia”. Desse modo, o pluralismo do vivido constitui aliança com a dualidade semântica dos elementos e as especificidades dos significados. Nos agenciamentos sociais, há sempre o que se perde no processo de reificação em que o “algo” subjetivado do vivido não se constitui plenamente como expressão da “coisificação” de uma determinada realidade social, a objetivação é uma representação da realidade e não a realidade em si mesma.

Essas reflexões teóricas no seio da psicologia cognitiva e da semiologia nos permitirão circunscrever, de forma dialética e dialógica (MARKOVÁ, 2006), o conceito de representação e seu conteúdo, como já falamos anteriormente, como se produz e são produzidos objetos e representações socialmente pelos sujeitos nas diversas realidades socioespaciais. Para tal, breve discussão sobre o conceito de representação social deve se ancorar no entendimento da relação entre teoria e métodos de orientação de práticas sociais no espaço.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia, especialmente nas pesquisas participantes e em representações sociais, visa buscar o entendimento das mostrações que se apresentam pela dinâmica contexto/relações, identificando elementos e dimensões que compõem a busca pelo que emerge dos grupos sociais em suas práticas cotidianas e orientando essas práticas por meio do sentir/pensar/agir, caracterizados, predominantemente, como solidários e colaborativos. O método precisa estar vocacionado aos processos humanizados dos elementos de pertinência e pertencimento pela urgência dos sujeitos na busca por significações e sentidos.

Para além dos maniqueísmos, a realidade e/ou realidades estabelecidas dos processos humanos nos grupos sociais apontam para imensa diversidade de fenômenos que compõem historicamente a formação das sociedades. Estas são ambivalentes, contraditórias e carregadas de conflitos, mas que, também por isso, não deixam de ser solidárias e colaborativas, abrindo possibilidades para o diálogo, a justiça, o respeito mútuo e a dignidade da vida humana.

Assim, as pesquisas que se utilizam da teoria e método das RS sinalizam abordagens solidárias e colaborativas que potencializam processos humanos, possibilitando os sentimentos de pertinência e pertencimento da realidade vivida, destacando a elaboração inventiva dos grupos sociais em busca por sentidos. Esses processos solidários e colaborativos se estabelecem por meio de partilhas de saberes e conhecimentos em que se organizam as singularidades de cada sujeito em contextos coletivos pluralizados, mesmo quando as realidades sujeito/grupos sociais estão sobrepostos.

A dinâmica pesquisadores/pesquisados não escapa a estes processos. Esses elementos estão imbricados colaborativamente como sujeitos/objetos da pesquisa, pois a imersão, mesmo que diferenciada pelos interesses singulares, apresenta-se simultaneamente num contexto relacional que condiciona esses sujeitos a se organizarem por interesses comuns. Desse modo, os sujeitos imbricados em rede, em “nós” no “eu”, são capazes de permitir agenciamentos do sentir/pensar/agir, estabelecendo assim alianças, ainda que parciais, sobre seus desejos e motivações, no sentido de reconhecer as necessidades de transformação da realidade social em que vivem.

Em síntese, numa relação entre os campos teórico-metodológicos, persegue-se um caminho, que vai da participação à construção da representação do objeto social, na pesquisa solidária e colaborativa em educação. Neste caminho, vale salientar que os processos de identificação do fenômeno, da reificação do objeto e da aplicabilidade dos resultados se costumam pelos sentimentos, pensamentos e ações dos sujeitos participantes. Assim, os fenômenos educacionais contextualizados no tempo e no espaço são objetos sociais consensualizados pelo pensamento e pela ação dos sujeitos, já que um objeto social se constitui pela veiculação de informações, construção de imagens cognitivas e posicionamento de atitudes nos grupos sociais. Destarte, no processo de investigação, muitos problemas de ordem epistemológica e metodológica se impõem, a saber: reificação de objetos de estudo, concepção filosófica, escolhas dos campos das ciências humanas, eixo temático da educação – planos e função das RS, categorias de análise, instrumentos e métodos de busca e análise de informações.

Pelo exposto, nos argumentos e diálogos com outros autores, percebemos que alguns desafios são impostos para as pesquisas em RS e educação. O primeiro se apoia na dimensão epistemológica, que busca entender o sujeito social com um mundo interior e restituir o sujeito individual ao mundo social. O segundo, de caráter contextual e interdisciplinar, simultaneamente, volta-se para um olhar de uma nova realidade marcada pela coabitação das diferenças, o que implica reforçar o caráter interdisciplinar da teoria e dos métodos em RS.

Em relação à contextualização e à interdisciplinaridade, não concebemos mais a dicotomia entre as representações individuais e sociais, uma vez que as representações são construídas coletivamente. No entanto, os fenômenos do cotidiano associados à educação formal e informal são objeto social das representações que precisam ser pensados heurísticamente num processo de dissenso e consenso entre os participantes envolvidos numa investigação, que envolve posicionamento, formas de pensar, sentir e agir sobre esses fenômenos, implicando modificações de práticas nos seus espaços: social, de vida e vividos.

Finalmente, o desafio da aplicabilidade das pesquisas no campo da educação passa pela alteridade do pesquisador no processo de apreender a compreensão dos sujeitos participantes, na dimensão do pensamento e apropriação das RS como processo e conteúdo que orientam práticas e que são orientadoras da própria teoria. Consideramos que estas tenham um significado quando aplicadas ao processo educativo, com a linguagem, a cultura, a ideologia e o imaginário social e, principalmente, se funcionarem como orientação de condutas e das práticas sociais que conduzam a sociedade à “autossustentabilidade”. Em suma, há uma conclusão eminente: para que a sociedade contemporânea alcance o projeto “autossustentável”, é necessário compreender a relação estabelecida entre essas três dimensões – identidade, cultura e comunicação.

## REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. *Revista Múltiplas Leituras*, v.1, n. 1, p. 18-43, jan./jun. 2008.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. (org.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.
- DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995. v. 1.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GABARRÓN, Luis R.; LANDA, Libertad H. O que é pesquisa participante? In: BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. (org.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.
- GATTI, Bernadete A. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Plano, 2002. v. 1.

- GUIMELLI, Christian. *La pensée sociale*. Paris: PUF, 1999. Collection « Que sais-je? ».
- JARDIM, Eduardo Moraes de. Homo faber: o animal que tem mãos, na visão de Hannah Arendt. In: PESSOA, Fernando; BARBOSA, Ronaldo (org.). *Mão de obra*. Vitória: Museu Vale, 2011. p. 102-120.
- JODELET, Denise. Représentations sociales: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, Serge (org.). *Psychologie sociale*. Paris: PUF, 1984. p. 357-378.
- JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (org.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989. p. 31-61.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Título original: La production de l'espace.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katalysis*, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.
- MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. *Um rigor outro: sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MARKOVÁ, Ivana. *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MARQUES, Maria I. M.; BARRETO, Marcelo. *A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional*. São Paulo: GEOUSP, 2012.
- MOSCOVICI, Serge. *La psychanalyse: son image et son public*. France: PUF, 1961.
- RANGEL, Mary. A pesquisa de representação social na área de ensino-aprendizagem: elementos do estado da arte. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 193, p. 72-85, set. /dez. 1998.
- RATEAU, Patrick. Les représentations sociales. In: PETARD, J. P. (org.). *Psychologie sociale*. Paris: Bréal, 1999. p. 161-211.
- SANTOS, Boaventura de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Editora Cortez, 2000. v. 1.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2012.